

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**RICARDO TONDING ETGES**

**A TENTATIVA DE REERGUIMENTO APÓS A QUEDA: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO  
NÉSTOR KIRCHNER NA ARGENTINA (2003-2007)**

**Porto Alegre  
2009**

Ricardo Tonding Etges

**A TENTATIVA DE REERGUMENTO APÓS A QUEDA: A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO  
NÉSTOR KIRCHNER NA ARGENTINA (2003-2007)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Economia como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Reis da Silva

**Porto Alegre  
2009**

## **DEDICATÓRIA**

"Aos meus pais, por serem meu espelho de vida, ética e dignidade e por todo o amor e apoio em todos esses anos".

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho é fruto da contribuição direta ou indireta de inúmeras pessoas e entidades com as quais gostaria compartilhar o resultado e agradecer por toda ajuda e apoio prestados.

Primeiramente gostaria de agradecer àqueles que são a base de todos meus sonhos, conquistas e realizações: minha família e minha namorada. Aos meus pais, Lauro e Marisa, os quais, apesar da distância física, mantiveram-se ao meu lado durante toda essa caminhada através dos ensinamentos transmitidos e do amor e carinho oferecidos. Pai e mãe, sou e serei eternamente grato a vocês por tudo que já fizeram por mim e por serem esses exemplos de vida nos quais diariamente me espelho.

Ao meu irmão Fernando, por toda amizade, respeito, confiança e admiração mútuos que sempre tivemos, pelo apoio e força que sempre me passou e por ser um exemplo de caráter e determinação.

À minha namorada Lizia, por todo o companheirismo e por todos os momentos maravilhosos pelos quais passamos juntos nesses quase quatro anos de convivência. Agradeço pelo amor a mim dedicado, além da amizade e respeito que temos um pelo outro. Sua presença na minha vida é essencial. Gostaria de agradecer, também, à família da Lizia pelo carinho e pela atenção que sempre me dedicaram.

Agradeço a toda minha família, minha querida cunhada Fran, avós, tios, primos que sempre se fizeram presentes e me deram o suporte necessário para a realização de meus objetivos. Em especial, gostaria de agradecer às minhas queridas vizinhas, Vó Alice e Tia Lilian, por toda a ajuda e carinho durante esses quatro anos em Porto Alegre. Aos meus amigos de infância e aos meus colegas de faculdade, deixo aqui meu muito obrigado por todos os momentos inesquecíveis e felizes.

Tampouco poderia me esquecer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a qual serei eternamente grato pela oportunidade de ter feito parte do seu quadro de discentes nos últimos quatro anos, período de enorme aprendizado e crescimento acadêmico, pessoal e profissional. Como não poderia deixar de ser, expresso minha gratidão ao corpo docente da mesma instituição, pela dedicação e conhecimentos transmitidos nessa caminhada de graduação, de forma especial ao Professor André Reis da Silva, pela orientação e auxílio neste projeto. Por fim, expresso minha gratidão às pessoas com as quais trabalho na Pró-Ativa Consultoria Empresarial, pelos ensinamentos, amizade e pela saudável convivência diária.

## **EPIGRAFE**

“Sucesso não é o final, falhar não é fatal: é a coragem para continuar que conta.”  
(CHURCHILL, Winston).

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a política externa desenvolvida pelo governo Néstor Kirchner na Argentina, após a grave crise político-econômica que afetou o país em 2001. Para este intento, analisa-se os condicionantes históricos da política externa argentina desde sua independência, além da análise da crise de 2001, a qual possui influência direta sobre as ações do governo Kirchner. Os fatores gerais da inserção externa da Argentina no período Kirchner, além da ênfase na relação com seus vizinhos e o pragmatismo na relação com os pólos centrais de poder são os focos principais da pesquisa. O trabalho contempla também os constrangimentos internos enfrentados pelo governo, juntamente com os êxitos e fracassos da diplomacia levada a cabo no período, observando-se criticamente até que ponto a tentativa de reinserção argentina foi bem-sucedida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Externa Argentina, Néstor Kirchner, História Argentina, Inserção Internacional.

## **ABSTRACT**

As its focus, this paper researches the foreign policy developed by Néstor Kirchner's government in Argentina, after the severe political-economic crisis that affected the country in 2001. This paper analyzes the historical determining factors of Argentina's foreign policy since their independence, in addition to an analysis of the 2001 crisis, which directly influenced the actions of the Kirchner government. The main focuses of the research are the general factors of the Argentinean external insertion during the Kirchner period, as well as an emphasis on the country's relationship with its neighboring countries and the pragmatic relationship with the central poles of power. The paper also encompasses research on the internal restraints faced by the government, along with the diplomatic successes and failures carried out during the period – noting the successful level of the country's reintegration efforts.

**KEYWORDS:** Argentinean Foreign Policy, Néstor Kirchner, Argentinean History, International Insertion.

## **RESUMEN**

Este trabajo tiene como objetivo el estudio de la política exterior desarrollada por el gobierno de Néstor Kirchner en Argentina, después de la grave crisis política y económica que afectó al país en el año 2001. Para este propósito, fueron analizadas las condiciones históricas de la política exterior argentina desde su independencia, y también la crisis de 2001, que posee una influencia directa sobre las acciones del gobierno Kirchner. Los factores generales de la inserción exterior argentina en el período Kirchner, además del énfasis en la relación con sus vecinos y el pragmatismo en la relación con los polos centrales de poder son los enfoques principales de la investigación. El trabajo contempla también los constreñimientos internos enfrentados por el gobierno, junto a los éxitos y fracasos de la diplomacia llevada a cabo en el período, siendo observado críticamente hasta que punto el intento de reinsertión argentino tuvo éxito.

**PALABRAS-CLAVE:** Política Exterior Argentina, Néstor Kirchner, Historia Argentina, Inserción Internacional.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Características da Política Exterior da Argentina 1930/2007.....	22
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 PANORAMA HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Condicionantes Históricas .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 A Política Exterior da Década de 90 – O Realismo Periférico .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Padrões Históricos de Atuação.....</b>	<b>21</b>
<b>3 A SITUAÇÃO DA ARGENTINA PRÉ-KIRCHNER – A CRISE .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 Políticas Econômicas Implementadas Durante a Década de 1990.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 O Desenrolar da Crise.....</b>	<b>26</b>
<b>3.3 Políticas Externas em Tempos de Crise: Governos De la Rúa e Duhalde.....</b>	<b>30</b>
<b>4 O GOVERNO DE NÉSTOR KIRCHNER E A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1 A Entrada no Poder.....</b>	<b>33</b>
<b>4.2 Fatores Gerais da Política Externa Implementada pelo Governo Kirchner .....</b>	<b>35</b>
<b>5 OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR .....</b>	<b>41</b>
<b>5.1 Pragmatismo: A Relação com os Pólos Centrais de Poder.....</b>	<b>42</b>
<b>5.2 Ênfase: Relações com os Países Vizinhos .....</b>	<b>47</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>
---	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

Os momentos mais determinantes da história de um país são aqueles de reconstrução após uma grande adversidade. Essa reconstrução pode ser física, moral, econômica ou social. Inúmeros são os casos de fatos adversos da história que mudaram acentuadamente o rumo de uma Nação.

No caso da Argentina, a grave crise que a arrasou em 2001 em termos políticos, econômicos e, principalmente, morais, transformou o país. A crise fez com que a Argentina passasse, em pouco mais de uma década, de uma economia caracterizada pela alta homogeneidade social para um novo perfil de concentração de renda bem mais próximo à realidade média latino-americana. Sendo assim, o país precisava de ações concretas para superar a enorme dificuldade que enfrentava.

Após um período de forte turbulência política, o presidente Néstor Kirchner assumiu o poder enfrentando uma situação de extrema cobrança e responsabilidade, podendo ser considerado como um dos presidentes com o maior nível de pressão que já assumiu o poder na Argentina, devido à elevada deterioração político-social por que passava o país no momento de sua assunção.

Em razão dos problemas internos enfrentados pelo país, a política externa tinha sido deixada de lado no momento da crise e logo após a mesma. Dessa forma, o presente trabalho foca sua análise nas questões relativas à forma de inserção internacional levada a cabo pelo governo Néstor Kirchner, verificando-se como a Argentina visou a se reerguer após a crise que acometeu o país em 2001-2002 através de uma política de reinserção em âmbito internacional e em que medida a diplomacia baseada no “realismo pragmático” foi bem-sucedida em seus objetivos principais.

Na primeira seção, desenvolve-se um apanhado geral sobre a história da política exterior argentina, suas linhas gerais e destoantes, procurando-se analisar até que ponto a política externa desenvolvida pelo governo Kirchner se assemelha a alguma linha de política do passado.

Já na segunda seção, a crise de 2001 é detalhadamente investigada, analisando-se criticamente os fatos que levaram à crise, além de seu desenrolar. A situação pré-Kirchner e as políticas desenvolvidas por seus predecessores De la Rúa e Duhalde também são alvo de análise.

Na terceira parte do trabalho, os fatores internos gerais e a estruturação da política externa desenvolvida pelo governo Kirchner são observados. Ademais, analisa-se conjuntamente a situação sócio-econômica da Argentina no período, além das questões relativas à política interna, que em diversos casos restringiram a atuação da diplomacia em âmbito internacional.

Por fim, na última seção, examina-se os fatores operacionais da atuação internacional da Argentina no período, entre os quais, pode-se citar a renegociação da dívida externa, a relação pragmática com os Estados Unidos, a retomada do enfoque no Mercosul, a relação estratégica com o Brasil, a aproximação com a Venezuela, o conflito ambiental com o Uruguai, além das questões específicas relativas a esses tópicos.

A Argentina, como potência intermediária no concerto internacional de Estados e como uma das principais potências no âmbito latino-americano, possui influência direta sobre seus vizinhos, seja em matéria de integração política ou em relação às trocas comerciais. Sendo assim, merece ser alvo de estudos específicos que analisem suas relações externas.

Não obstante o elevado grau de inter-relação que a Argentina e o Brasil possuem, tanto em termos de comércio bilateral, quanto em integração regional ou relações políticas, o estudo da política externa argentina no Brasil, principalmente sua história recente, é ainda incipiente. Assim, este trabalho pretende preencher parcialmente essa lacuna, realizando uma análise histórica recente da situação estrutural da Argentina, focando na sua política externa, procurando-se analisar criticamente as ações adotadas pelo governo em âmbito internacional, além do legado deixado pela administração Néstor Kirchner ao governo de sua esposa Cristina Fernández.

Ademais, deve-se destacar que há um paralelo histórico nos últimos 20 anos entre Brasil e Argentina, porquanto implementaram uma via muito parecida de desenvolvimento durante a década de 90, baseada no neoliberalismo econômico e na inserção internacional paralela aos interesses dos países desenvolvidos. Também, os dois países passaram por severas crises econômico-monetárias durante o período, reerguendo-se, posteriormente, através da mudança de modelo econômico e da revisão de certos preceitos.

A hipótese básica a ser desenvolvida durante esta monografia baseia-se no fato que a conjuntura internacional do momento favorecia enormemente uma bem-sucedida política externa, através da expansão de mercados, aprofundamento da integração regional e diminuição da dependência econômica. Entretanto, constrangimentos internos legados pela severa crise de 2001-2002, além da centralização da política externa na figura do presidente e a falta de uma estruturação em termos de inserção internacional, impediram o aprimoramento

das ações políticas na arena internacional, delegando à Argentina um papel secundário no concerto internacional de Estados.

A abordagem em relação à política externa do governo Néstor Kirchner é realizada através do método indutivo, no qual as análises das questões particulares irão ao encontro ou contra as teorias pré-estabelecidas.

Por fim, as questões principais relativas ao tema proposto são analisadas através de uma perspectiva histórica. Neste ponto é importante ressaltar que, em se tratando de história recente, a bibliografia histórica encontrada se baseia em análise crítica e não meramente descritiva.

## **2 PANORAMA HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA**

### **2.1 Condicionantes Históricas**

No decorrer de sua história de quase dois séculos de emancipação, a Argentina, independente desde 1816, caracterizou-se pelo desenvolvimento de políticas externas ziguezagueantes e de diferentes matizes.

O primeiro modelo de política exterior do país se inicia através da consolidação da Argentina como Estado e se estende até meados do século XX. Em razão do seu padrão de comércio exterior, caracterizado pelo fornecimento de produtos primários, e da influência e poderio britânicos em âmbito internacional, a Argentina neste período alinhou-se fielmente aos interesses da coroa britânica, pertencendo, dessa forma, à zona da libra esterlina.

Para Maria Natália Tini (2007), esta fase é marcada pela inserção da Argentina no mundo e pela prosperidade decorrente do alinhamento com a Grã-Bretanha. Ainda, para a autora, esta fase áurea se estende até a crise de 1929 quando se inicia um processo de desinserção internacional.

De acordo com Juan Carlos Puig (1984), a Argentina se caracterizou, nesta época, por comportamentos constantes em termos de política exterior. Segundo o autor, quatro tendências principais de atuação externa podem ser identificadas no período: o alinhamento com a Inglaterra, enfrentamento ou oposição aos Estados Unidos, isolamento em relação aos outros países da América Latina e debilidade na política territorial.

Segundo as análises dos autores supracitados, alguns padrões de comportamento externo pautaram a atuação diplomática da Argentina no período, quais sejam: o pacifismo, o isolamento, o moralismo, a evasão por meio do direito e o europeísmo. Já o neutralismo diplomático e o princípio de não intervenção transpassam o período mencionado e se estendem por grande parte da história diplomática argentina.

O alinhamento aos interesses britânicos se deu, entre outras razões, devido à própria estrutura econômico-social interna do país, porquanto baseada no modelo agro-exportador. Dessa forma, havia uma funcionalidade recíproca entre as partes, já que se

para a os britânicos convinha manter um aliado em território latino-americano, para a Argentina (mais especificamente para sua classe dominante), a Grã-Bretanha era um enorme mercado consumidor para seus produtos agrícolas.

Quando Perón assume pela primeira vez a presidência em 1946, pode-se perceber um novo modelo de política exterior sendo desenvolvido na Argentina, esse conhecido como “modelo justicialista”, o qual é retomado durante seu segundo mandato (1973-76).

Este modelo baseava-se nos princípios de política exterior autônoma, nacionalista e anti-norteamericana, os quais foram desafiados pelo isolamento internacional da Argentina no rearranjo internacional do pós-2ª Guerra Mundial, decorrência direta da atitude ambígua adotada pelo país durante o conflito. A “Terceira Posição” de Perón buscava reverter a desinserção da Argentina no sistema internacional, através do rechaço ao alinhamento automático às potências hegemônicas. Isso se deu, segundo Sevares (2004), através do estabelecimento de uma política econômica protecionista, do desenvolvimento de negócios com Cuba e da revitalização das relações diplomático-econômicas com a União Soviética.

Seguindo uma característica bastante evidente na história da política externa na Argentina, a descontinuidade, a chegada ao poder do governo civil de Frondizi marca uma nova maneira de pensar a forma de inserção argentina. Entre 1958 e 1962 este governo levou a cabo um modelo desenvolvimentista de atuação internacional, o qual tinha como eixos principais de inserção a relação ambígua com os Estados Unidos, decorrente do aprofundamento do conflito Leste-Oeste, e a ênfase no fortalecimento dos laços com Brasil e Chile (TINI, PICAZO, 2007).

Contudo, após um curto interregno militar com o governo de José Maria Guido, chega ao poder Arturo Umberto Illia, em 1963. Com ele, emerge também o modelo radical, cujos princípios são fortemente condicionados pelo paradigma idealista de relações internacionais. Estes princípios serão retomados durante as administrações radicais de Alfonsín e De la Rúa. Durante o governo de Illia, os ideais de universalismo pacífico coadunaram-se ao americanismo, antecipando uma característica marcante da política externa dos militares que viriam a seguir. É marcante o apoio argentino à Aliança para o Progresso, programa de colaboração norte-americana com a América Latina, de caráter financeiro e técnico, o qual vinha como resposta à Revolução Cubana.

Não obstante a tomada de poder por parte dos militares argentinos em dois períodos diferentes, em 1966 e 1976, nota-se um padrão de atuação externa em ambas

as fases, o qual ficou conhecido como modelo militar. Segundo Tini, este padrão foi baseado no isolamento e na marginalidade internacional, além do alinhamento automático às políticas desenvolvidas pelos Estados Unidos.

“La Argentina experimentó por esos tiempos una serie de situaciones difíciles, como la violación de los Derechos Humanos practicada por la última dictadura militar, la derrota en la guerra de Malvinas, el endeudamiento externo y la hiperinflación, hechos que engendraron un proceso de deterioro de la credibilidad en el país y de sus posibilidades de recuperación y reincorporación a la sociedad internacional.” (TINI, PICAZO, 2007, p.04)

No que diz respeito ao relacionamento com os Estados Unidos durante o período ditatorial, deve-se notar que esse se desenvolveu sem grandes sobressaltos até praticamente a queda da ditadura. Todavia, com a negativa por parte do governo norte-americano em apoiar a Argentina durante a Guerra das Malvinas, esta relação se deteriora, deixando o país isolado no cenário internacional.

A retomada da democracia, com a assunção do governo de Raúl Alfonsín, em 1983, não foi capaz de trazer de volta a credibilidade internacional mantida pela Argentina anteriormente. A diplomacia argentina, percebendo o isolamento internacional pelo qual o país vinha passando, decide aprofundar um processo que havia sido iniciado anteriormente pelos governos militares, qual seja, a aproximação com o Brasil (TOKATLIAN, 2004).

Essa aproximação, que posteriormente redundaria no estabelecimento do Mercosul, conjugada às negociações para coordenar as políticas dos devedores latino-americanos e à aproximação com a Europa, não era bem vista pelos olhos do governo norte-americano.

## 2.2 A Política Exterior da Década de 90 – O Realismo Periférico

No fim da década de 80 a Argentina encontrava-se em um processo agudo de desagregação. A hiperinflação e a crise da dívida corroeram sua capacidade econômica. Em termos internacionais, o país era visto com descrédito devido ao fracasso na Guerra das Malvinas, juntamente ao fraco desempenho econômico e à descontinuidade de sua política exterior.

Adicionalmente, deve-se notar que o sistema internacional passava por um período de mudanças bruscas, com o fim da Guerra Fria, a ascensão dos Estados Unidos como pólo hegemônico, além da reavaliação da força e posição de cada Estado em âmbito internacional.

Dessa forma, Carlos Menem emerge nas eleições de 1989 pregando uma plataforma de atuação internacional totalmente nova, buscando se adaptar aos novos tempos e às novas condições internacionais vigentes. Esta plataforma baseava-se, primordialmente, na aproximação acrítica aos Estados Unidos, com o qual a Argentina estreitou relações através de um programa cujas medidas operativas foram baseadas, segundo Meza (2000) em três pontos principais. O primeiro seria a aliança com as potências vencedoras da Guerra Fria, particularmente os Estados Unidos. O segundo ponto seria a aceitação das novas regras político-econômico mundiais, na construção de uma nova ordem baseada nos conceitos do Consenso de Washington. Por fim, houve o aprofundamento dos vínculos transnacionais do país, mediante o desenvolvimento de uma política econômica baseada na abertura, desregulamentação, privatização e diminuição do papel do Estado.

Apesar de a chancelaria ter constantemente afirmado que a relação com os Estados Unidos era apenas uma das quatro patas<sup>1</sup> em que se assentava a política externa, as “relações carnis”<sup>2</sup> com esse país era a sua ênfase principal. Esse fato pode ser claramente provado através de decisões tomadas que visavam, sobretudo, à aproximação com os Estados Unidos. Como exemplos, pode-se destacar: a participação da Argentina na Guerra do Golfo contra o Iraque, por meio do envio de dois navios de

---

<sup>1</sup> As outras três seriam as relações com os países vizinhos, com a Europa Ocidental e com o Japão.

<sup>2</sup> Termo cunhado pelo ex-chanceler argentino Guido di Tella. Em entrevista ao jornal *Página12*, em 9 de dezembro de 1990, di Tella sentenciou: “*Yo quiero tener una relación cordial con Estados Unidos y no queremos un amor platónico. Nosotros queremos un amor carnal con Estados Unidos, nos interesa porque podemos sacar un beneficio*”.

guerra – sem a prévia consulta ao Congresso; o voto favorável à investigação sobre os Direitos Humanos em Cuba, afastando-se do princípio da não-intervenção que historicamente pautou a política externa argentina; a retirada do movimento de Países Não Alinhados, em 1991; a desativação do programa de mísseis Condor II e a mudança do perfil de voto do país na Assembléia Geral das Nações Unidas, votando conjuntamente aos interesses estadunidenses (ARANDA, 2004).

A mudança de padrão de atuação externa ocorreu de uma maneira tão abrupta e evidente que foi alvo de uma ampla discussão interna, com opiniões diversas tanto do lado da crítica quanto do suporte às ações do governo.

O suporte e conceituação teóricos à linha de ação governamental foram dados por um analista de relações internacionais e ex-funcionário do governo Menem, Carlos Escudé, através da cunhagem do polêmico termo “realismo periférico” (ESCUDE, 1992). Este termo, que posteriormente se transformou em uma teoria de política externa, analisa a realidade das potências emergentes latino-americanas (entre elas a Argentina) no mundo pós-Guerra Fria. Nessa visão, alguns Estados dão as ordens e outros obedecem. Sendo assim, a autonomia não deve ser entendida como liberdade de ação, mas sim em termos de custos de usar esta liberdade.

Dessa forma, a Argentina deveria reconhecer a hegemonia dos Estados Unidos e conseqüentemente estabelecer um alinhamento automático para obter benefícios que de outra maneira seria impossível obter.

Crítico a esse modelo de política externa, o qual chamou de “utilitarismo pragmático”, Juan Gabriel Tokatlian (2004) afirma que a atuação externa argentina deveria ser considerada, na verdade, irrealista, na medida em que se baseava em um pressuposto não realista, qual seja, que o alinhamento automático daria a possibilidade ao país de recuperar e acrescentar seu poder. Além disso, o autor considera que a Argentina se caracterizou por um estilo diplomático caracterizado pela sobre-atuação e sua elite confiou de maneira excessiva que as forças de mercado, ao invés do poderio do Estado, conseguiriam inserir o país entre as grandes potências mundiais.

Entretanto, deve-se considerar que, durante o período Menem, o processo integracionista iniciado no decorrer da ditadura e aprofundado durante o governo Alfonsín se desenvolveu, culminando na assinatura do Tratado de Assunção, em 1991 e a decorrente criação do Mercado Comum do Sul.

A despeito do Mercosul ter sido consenso dentro dos partidos políticos argentinos, as opiniões e visões em relação ao mesmo eram também conflitantes. Para o

Ministro da Economia da época e criador da “lei de conversibilidade”, Domingo Cavallo, o Mercosul deveria ser um primeiro passo em direção a uma integração mais ampla, e à globalização.

Dessa forma, de acordo com a visão governamental vigente, a integração com os países vizinhos, operacionalizada através do Mercosul, ao invés de uma regionalização estratégica, era um passo em direção à integração com seu aliado chave, caracterizada pela Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), projeto de integração hemisférica proposto pelo governo norte-americano de George Bush. Como mostra da falta de comprometimento direto da Argentina para com o Mercosul, deve-se notar que em 1992 aventou-se a possibilidade do país fazer parte do NAFTA e em 1996 a Argentina passou a ser considerada como aliado externo da OTAN, dois blocos liderados pelos Estados Unidos.

Sevares (2004), ao comparar o comprometimento de Brasil e Argentina com relação ao Mercosul afirmou:

“Mientras Brasil priorizaba el MERCOSUR y lo consideraba un instrumento de negociación con los Estados Unidos, tanto la Cancillería como el ministerio de Economía de Argentina daban reiteradas muestras, a veces explícitas, de preferir la opción del ALCA”. (SEVARES, 2004, p.70).

Conforme comentado por autores como Cunha e Ferrari (2006) e Tini e Picazo (2007), esta linha de atuação em termos de política externa tinha um viés nostálgico. A diplomacia argentina acreditava que, tal como ocorreu no período áureo do país, principalmente no fim do século XIX e início do século XX, quando a relação preferencial com a Grã-Bretanha foi um dos principais fatores para a exitosa inserção argentina no cenário internacional, o país necessitava desenvolver, de forma pragmática, uma nova relação preferencial para assegurar um importante papel internacional no século XXI.

### 2.3 Padrões Históricos de Atuação

Apesar de a atuação externa argentina ter sido caracterizada pela descontinuidade, como mencionado anteriormente, pode-se notar duas diferentes linhas de ação que abrem a possibilidade para o agrupamento dos governos em duas grandes linhas de ação.

A primeira, caracterizado pelos governos constitucionais de Perón, Frondizi, Illia e Alfonsín desenvolveu comportamentos autônomos no âmbito internacional, através da defesa dos princípios da não intervenção e igualdade jurídica dos Estados, além da defesa da ONU. Esses mantiveram uma certa distância em relação à influência direta dos Estados Unidos na América Latina.

Já os governos militares da Revolução Argentina (1966-1973) e do Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), além do governo constitucional de Menem, marcaram sua atuação internacional pelo ocidentalismo e alinhamento com os Estados Unidos, deixando a autonomia de ação de lado. Esses comportamentos têm como marco uma ideologia conservadora, que desejava a volta da Argentina anterior à década de 1940.

Sendo assim, a partir da análise da política externa de Nestor Kirchner a ser desenvolvida posteriormente, observa-se que sua política exterior não se assemelha a nenhum dos modelos de inserção internacional aplicados pelas distintas administrações do país. Na verdade, a política exterior de Kirchner pode ser caracterizada como um híbrido configurado por elementos diversos tomados de modelos anteriores e por decisões reativas diante de forças provenientes do sistema internacional. Entre estes elementos, deve-se citar o comportamento autônomo de Perón e a ênfase na relação com o Brasil de Frondizi.

Segue abaixo uma tabela histórica acerca do desenvolvimento da política exterior argentina ao longo de sua história:

Tabela 1 – Características da Política Exterior da Argentina 1930/2007

<b>CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA EXTERIOR DA ARGENTINA 1930/2007</b>			
<b>Período</b>	<b>Política Externa</b>	<b>Governo</b>	<b>Características</b>
1930/32	Alinhamento	Uriburu	Alinhamento Inglaterra
1932/38	Alinhamento	Justo	Alinhamento Inglaterra
1938/42	Alinhamento	Ortiz	Neutralidade/Isolamento
1942/43	Alinhamento	Castillo	Neutralidade/Isolamento
1943/45	Alinhamento	Governo Militar	Neutralidade/Isolamento
1946/55	Terceira Posição	Perón	Relativa independência
1955/58	Alinhamento	Revolução Libertadora	Fraca adesão aos EUA
1958/62	Desenvolvimentismo	Frondizi/Guido	Autonomia
1963/66	Ortodoxia Radical - Universalismo	Illia	Relativa independência
1966/73	Alinhamento Automático	Revolução Argentina	Segurança Nacional
1973/76	Terceira Posição	Governos Peronistas	Relativa independência
1976/83	Alinhamento Automático	Governo Militar	Segurança Nacional
1983/89	Ortodoxia Radical	Alfonsín	Relativa independência
1989/99	Realismo Periférico	Menem	Alinhamento auto-imposto
2000/03	Não definida	De la Rúa/Duhalde	Dependência/Crise
2003/06	Pragmatismo Argentino-Centrista	Kirchner	Nacionalismo

Fonte: Larrañaga (2006)

### 3 A SITUAÇÃO DA ARGENTINA PRÉ-KIRCHNER – A CRISE

Após um período de dez anos ininterruptos nos quais a Argentina foi governada por Carlos Menem, o país se encontrava, no final da década de 90, em uma situação de fraqueza econômica, a qual posteriormente resultaria na maior crise enfrentada pela Argentina em sua história. Contudo, para se falar da crise especificamente, primeiramente deve-se remontar ao início da década de 90 e aos fatores estruturais e conjunturais determinantes para a ocorrência da mesma.

#### 3.1 Políticas Econômicas Implementadas Durante a Década de 1990

Com a eleição de Menem em 1989, além da nova forma de atuação no cenário internacional, citada no capítulo anterior, o governo implementou diversas políticas de abertura econômica, privatizações, buscando a diminuição do papel do Estado na economia. Acima de tudo, Menem e seu Ministro da Economia Domingo Cavallo buscavam acompanhar as tendências neoliberalizantes internacionais, as quais também foram seguidas por outros países latino-americanos, como Brasil e México.

Os interesses argentinos em âmbito internacional e a aliança que estava se desenhando com os Estados Unidos tiveram influência direta sobre as medidas direcionadas à liberalização da economia. Este fato demonstra que o projeto internacional argentino conduzido durante o governo Menem, explicitado no capítulo anterior, também influenciou diretamente as medidas econômicas em âmbito interno.

No começo da década, a moeda nacional, então o austral, foi acoplada ao dólar, com vistas a controlar a hiperinflação, no exemplo mais radical de âncora cambial vivenciado por um país da região. A lei de conversibilidade monetária de 1991, igualou dez mil austrais - que logo em seguida passariam a valer um peso argentino - a um dólar, no modelo que ficou conhecido como paridade 1:1. Segundo Vitelli: *“la lógica de la convertibilidad (...) ha gestado una de las asociaciones más perversas que puede imponer cualquier política económica: vinculó el crecimiento de la actividad económica interna con la expansión del endeudamiento externo”* (VITELLI, 2003, p. 73).

Procedeu-se, assim, a apreciação da moeda nacional, levando à depreciação do papel do Banco Central como regulador da economia. Adotada a estratégia de alinhar-se internacionalmente às potências centrais, diversas medidas foram tomadas no sentido de captar investimentos diretos estrangeiros (IDE). Como forma de atrair o capital financeiro estrangeiro, operou-se, também, uma política de privatizações de empresas públicas, além da elevação ainda maior das taxas de lucros para as empresas multinacionais instaladas no país (BECKER, 2007).

No entanto, o principal problema destas políticas econômicas favoráveis ao capital estrangeiro parece estar na falta de uma orientação contínua e prolongada por parte do governo, que direcionasse esses investimentos de modo a prevalecer o melhor interesse da população. A ausência de uma regulação governamental neste sentido foi responsável pelo fato de o grosso dos IDEs ter sido empenhado em atividades que não geram divisas nem bem-estar à população.

Como conseqüência da adoção de certa forma acrítica das diretrizes pregadas pelo Consenso de Washington, nota-se que a política externa se reorientou cada vez mais à satisfação dos interesses estrangeiros. Entretanto, verifica-se que a adoção de discurso e prática em ressonância com o ideário proposto principalmente pelos Estados Unidos encontrou amparo popular, caracterizado principalmente pela reeleição de Menem em maio de 1995 em uma eleição em que mesmo os candidatos concorrentes propunham a manutenção da paridade do peso ao dólar (FAUSTO, DEVOTO, 2005). Deve-se esse fato ao auspicioso combate à hiperinflação empreendido pelo modelo, de modo assim a legitimar a financeirização da economia. Cabe recordar que a inflação era o principal desafio a ser vencido não só pelos países latino-americanos da época, mas por diversos mercados emergentes espalhados pelo globo. A significativa recuperação do crescimento econômico ajudou a atenuar os conflitos sociais, levando à ampla aceitação por parte da opinião pública argentina ao modelo que logrou interromper o ciclo inflacionário.

Acontece que, conforme opinião da maioria dos especialistas, o modelo era recheado de contradições. Segundo afirma Becker (2005):

“Debido a la sobrevalorización de la moneda nacional se deterioró la balanza comercial. Eso contribuyó a que la cuenta corriente se tornara negativa (...) Para cubrir el déficit de la cuenta corriente se precisaba

importar capital de forma productiva y monetaria. La importación de capital produjo a su vez egresos en la cuenta corriente.

La otra forma de la importación de capital era el capital monetario. Eso se transformo en un aumento considerable de la deuda externa. La deuda de Argentina creció en un 123,7% entre 1991 y 2000". (BECKER, 2005, p. 39).

O raciocínio continua nas palavras de Fanelli (2002): "*en términos netos, el aumento de la deuda externa se utilizó para financiar la acumulación de activos financieros y no la inversión real*" (FANELLI, 2002, p .38); e segue com Vitelli (2002):

"El adeudamiento externo resultó en altos pagos de interés a los acreedores en el exterior. La suma total de endeudamiento, el nivel internacional de tasas de interés y el 'riesgo país' influyen sobre el total de intereses que se tienen que pagar. Si la percepción del país por parte de la agencias privadas de 'rating' y los acreedores se deteriora, la tasa de interés se aumenta." (VITELLI, 2002, p.108)

Com tal padrão de crescente endividamento externo e reduzida capacidade de pagamento, o país mostrou-se cada vez mais vulnerável a choques externos. As contradições se aprofundaram ao longo da década e o governo argentino viu-se obrigado a enfrentar choques exógenos que colocaram em cheque os fundamentos que davam sustentação à conversibilidade

É importante que se ressalte que o modelo econômico argentino era considerado o mais acabado e competente programa dentre os inspirados no Consenso de Washington. A abertura plena ao comércio exterior e aos fluxos de capitais, aliada a um amplo programa de privatizações, foi responsável direta pela estabilização da economia após um duradouro período de hiperinflação. O cenário otimista começou a mudar de figura em 1994, quando da crise do México, iniciando as primeiras tensões do modelo.

A crise do México, segundo Becker (2005) afeta a Argentina em um duplo sentido: por tratar-se de modelos econômicos que guardavam semelhanças, a falha de um acarreta dúvidas quanto a viabilidade do outro. Além disso, as novas condições provocam drástica diminuição no volume dos IDE.

Ao se decidir pela radicalização do programa, o governo obteve o apoio dos organismos multilaterais, favoráveis ao prolongamento da prática de não desvalorização da moeda. No entanto, a premissa neoliberal contrastou com resultados de longo prazo, pois os êxitos iniciais não puderam ocultar profundos e crescentes desequilíbrios que tornariam o modelo totalmente insustentável. Fragilizada, a economia argentina é assolada por novos choques exógenos: a crise asiática de 1997, o default russo de 1998 e, finalmente, a crise do Real, no Brasil.

Criticava-se, principalmente, o abandono de uma linha atenta ao progresso e ao desenvolvimento do país como potência em troca de uma falida proposta de inserção comercial. Ao amparar sua economia na produção de *commodities* o programa fadava o país a uma posição permanentemente periférica no concerto mundial. A especialização orientada por uma versão extrema e fundamentalista de vantagens comparativas (estáticas) e concentrada em algumas atividades baseadas em recursos naturais, renováveis ou não, ilustra características típicas daquele que ficou conhecido como o paradigma normal de política externa (CERVO, 2001).

### **3.2 O Desenrolar da Crise**

O desenrolar dos fatos tratados anteriormente compõe a trama de uma crise anunciada, que começa a efetivar-se a partir de 1999. A série de desequilíbrios que vinham se apresentando na economia argentina ao longo de toda a década de 90, conjugados com as crises que abalaram outros países ao redor do globo - inclusive seu maior parceiro comercial, o Brasil, com sua desvalorização cambial - fizeram um dos exemplos do neoliberalismo mundial afundar em uma crise que afetaria gravemente tanto a estrutura econômica, a estrutura política e, principalmente, a estrutura social do país.

Deve-se ter em mente que muito mais do que conjuntural, a crise Argentina teve um caráter estrutural, porquanto adveio de um modelo de estruturação econômico interno que não era auto-sustentável. Logo, não é possível pensar a Argentina contemporânea sem perceber que o país passou por uma profunda alteração de sua estrutura social. Se os primeiros anos de conversibilidade lograram elevado dinamismo em termos de crescimento de renda e obtiveram sucesso no combate à inflação crônica,

a segunda metade dos anos 1990 reservou à Argentina um quadro de aguda deterioração social, ampliando-se o grau de desigualdade de renda a níveis sem precedentes (BECKER, 2005).

A condução da política econômica não se modificou com a mudança de presidente, visto que, igualmente ao que aconteceu nas eleições de 1995, os projetos de governo do candidato vencedor das eleições levavam em conta a manutenção da conversibilidade. Em outubro de 1999, ocorre a eleição presidencial que tem como pano de fundo a recessão que se instaurava na Argentina e as denúncias de corrupção que assolavam o governo Menem. Com esses fatores-base, o candidato da União Cívica Radical (UCR) Fernando De la Rúa, em uma aliança com a Frente Del País Solidário (Frepasso), derrota o candidato peronista Eduardo Duhalde. Contudo, os rumos da política econômicos não sofreram alteração.

De acordo com Aranda (2004), a debilidade apresentada por este governo advém de três elementos principais. O primeiro diz respeito à governabilidade, porquanto o presidente enfrentava um Senado com ampla maioria governista, além de sofrer com a oposição de dezessete das vinte e três províncias argentinas. O segundo fator é constituído pelas próprias características pessoais do ex-presidente De la Rúa, já que se tratava de um homem carente de liderança e carisma e sobre o qual seus colaboradores tinham forte influência. A isso, somou-se à renúncia, em outubro de 2000, do recém-eleito vice-presidente argentino, Carlos Alvarez, causada por um esquema de corrupção e suborno no Senado, durante as discussões em relação à reforma da lei trabalhista.

Já em março de 2000, percebendo o agravamento da crise, o governo argentino acorda com o FMI um empréstimo de 7,2 bilhões de dólares, comprometendo-se com um estrito ajuste fiscal. Era o quinto acordo firmado na década - os anteriores ocorreram em 1991, 1992, 1996 e 1998 - com recursos destinados fundamentalmente para honrar compromissos já assumidos. O FMI, por razões óbvias, esforçava-se para liderar pacotes de socorro para o país que ocupava a posição de caso exemplar de implementação de reformas liberalizantes. Sem embargo, mesmo em 2000, as importações de capital já não foram suficientes para cobrir o crescente déficit na conta corrente o que, por conseguinte, afugentou potenciais investidores internacionais, aprofundando o problema (ARANDA, 2004).

No período, nota-se, com clareza, que a crise econômica espalhava-se rapidamente para as estruturas político-sociais do país. Levando em conta que durante toda sua história, a sociedade argentina se mostrou atuante no desenvolvimento dos

processos políticos, dessa vez não foi diferente. As manifestações estudantis, greves e passeatas aumentavam com a contínua instabilidade econômica.

Percebendo que a situação econômica se mantinha problemática, o governo estabeleceu um novo acordo com o FMI no final do mesmo ano, no qual foram emprestados 40 bilhões de dólares à Argentina. Isso vem demonstrar que, perto do aprofundamento da crise, o FMI ainda apoiava as políticas econômicas desenvolvidas pelo governo argentino.

O derradeiro ano de 2001 começou com a autodemissão do Ministro da Economia Ricardo López Murphy, pressionado pela falta de rumo da economia, que encarava um aprofundamento dos problemas em razão da crise que abalou a Turquia. A crise turca, da mesma forma da mexicana de 1995, mostrava diversas similaridades com relação à situação da Argentina no momento.

A escolha do novo Ministro da Economia só serviu para demonstrar o quão desorientado estavam os tomadores de decisão do governo argentino. O escolhido foi Domingo Cavallo, o principal arquiteto do Plano de Conversibilidade do início da década de 90, o qual, sem muita alternativa, optou por novamente radicalizar a política deflacionária o que piorou ainda mais a situação social do país (BECKER, 2005). Como consequência, em julho, convocou-se uma greve geral de trabalhadores que parou o país.

O aumento de juros, o aperto fiscal, os acordos com o FMI, nada mais conseguia arrefecer a imensa fuga de capitais estrangeiros do país, receosos por uma desvalorização cambial cada dia mais iminente. Tanto que até o FMI, apoiador e um dos mentores da conversibilidade abandonou definitivamente seu apoio ao mecanismo em novembro.

À imensa falta de credibilidade econômica do país se somou o despreparo da situação (UCR) em lidar com a crise e a completa falta de responsabilidade da oposição (peronistas) em encontrar soluções factíveis para o que estava acontecendo, principalmente após ter ganhado as eleições parlamentares de outubro de 2001 (FANELLI, 2002). Em fins de novembro a crise descamba para um estado de caos. Ocorre uma rápida corrida aos bancos causada pelo pânico que assolava a população e que, em apenas um dia, fez as reservas do Banco Central despencarem dois bilhões de dólares. O governo determina o “*corralito*”, impondo uma restrição semanal aos saques bancários de 250 pesos. Saques a supermercados, manifestações e caos urbano se espalharam pelas ruas das maiores cidades.

Novamente, sente-se o abalo das três estruturas (econômica, política, social) conjugadas, e inicia-se um processo de deterioração ainda mais grave. Com a queda de Domingo Cavallo e do presidente De la Rúa, somadas às 28 mortes decorrentes de conflitos populares e do caos social, a oposição toma o poder novamente. Contudo, mostra-se fragmentada. Em apenas 12 dias, a Argentina teve quatro presidentes. Após De la Rúa, assumiu o presidente do Senado o peronista Ramon Puerta, por apenas dois dias; seguido por Adolfo Rodríguez Saá e, finalmente, Eduardo Duhalde, candidato derrotado nas eleições de 1999 que assume com o intuito de conduzir o país até as eleições de 2002.

Apesar de seu discurso renovador, o novo presidente não possuía uma política econômica plenamente definida, atuando muito mais através da reação aos fatos. Pressões internas e internacionais (inclusive do FMI, incapaz agora, juntamente com os especialistas, de sinalizar com uma saída para a crise) fizeram com que o governo Duhalde não tivesse outra escolha a não ser a saída da conversibilidade. Conclui-se, dessa forma, que a mesma foi abandonada mais pelo efeito de suas fragilidades, das controvérsias do modelo, do que propriamente por uma decisão política baseada em uma crítica teórica consistente ou devido à apresentação de uma alternativa de estabilização do desenvolvimento.

Após o período de turbulência, a Argentina se encontrava em uma situação extremamente delicada. O país passou, em pouco mais de uma década, de 1990 a 2002, de uma economia caracterizada pela alta homogeneidade social para um novo perfil de concentração de renda bem mais próximo à realidade média latino-americana. Em 2002, o índice de Gini para a Argentina era de 0,590, bem acima dos 0,501 de 1990 (CEPAL). Dessa forma, o quadro distributivo da Argentina, no auge da crise e após uma década de reformas liberalizantes era pior do que o verificado em países como Equador, Bolívia, Colômbia, Paraguai e de todos os países centro-americanos, só estando na frente do Brasil em âmbito latino-americano. O desemprego era outro fator que assolava a população e que atingiu 20% no pico da crise.

Ademais, em relação às finanças governamentais, devido ao crescente déficit decorrente dos juros da dívida, o governo se viu em uma situação de alto endividamento. Para ilustrar o fato, nota-se que no período compreendido entre 1993 e 2001, a dívida pública argentina passou de cerca de 35% para 64% do PIB (Ministério da Economia da Argentina), onerando toda a sociedade, em que quase 50% da população se encontrava abaixo da linha da pobreza logo após a crise.

### **3.3 Políticas Externas em Tempos de Crise: Governos De la Rúa e Duhalde.**

Conforme analisado anteriormente, ambos governos, De la Rúa e Duhalde, enfrentaram uma situação interna dramática, o que limitou a capacidade de agirem em âmbito internacional.

Dando prosseguimento à análise das políticas externas implementadas pelos diferentes governos no decorrer da história argentina, nota-se que o Governo da Aliança, do presidente De la Rúa, viu-se impossibilitado de modificar as linhas gerais de atuação externa da gestão peronista de Menem, em razão das circunstâncias pelas quais o país passava.

Não obstante o discurso do novo Ministro de Relações Exteriores, Rodriguez Giavarini, o qual afirmou que os “interesses primordiais” do país seriam a integração política e econômica sul-americana, além da paz, segurança e democratização do sistema internacional, estas prioridades não foram percebidas. A política externa se manteve atrelada aos interesses norte-americanos, principalmente devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelo país (VADELL, 2006). Essas levaram o governo, como citado anteriormente, a recorrer ao FMI para renegociar as dívidas e solicitar ajudas financeiras. O resultado dessas demandas dependia totalmente do apoio do país com o maior poder de decisão no Fundo, ou seja, os Estados Unidos.

A respeito da relação com o Mercosul, pode-se notar duas fases principais durante o curto período do governo De la Rúa. Em um primeiro momento, com o intuito de dar força a um processo de integração que sofrera diversas fissuras em razão da crise brasileira de 1999, o governo deu ênfase ao bloco, através de acordos de coordenação econômica assinados em 2000. Ademais, procurou-se negociar a incorporação à ALCA como um bloco regional em conjunto (CORIGLIANO, 2005).

Contudo, com o retorno do Ministro Domingo Cavallo à pasta da economia, em fevereiro de 2001, as relações Brasil-Argentina se deterioraram rapidamente, devido à defesa do ministro a um acordo bilateral com os Estados Unidos, excluindo o Mercosul do processo de negociação.

Sendo assim, apesar da ênfase dada à aproximação com os Estados Unidos, nota-se que o governo De la Rúa agia de maneira reativa em termos de decisões de

política externa, tanto pelo cenário interno adverso enfrentado, quanto pelas próprias características que tornavam este governo frágil, conforme mencionado anteriormente. De acordo com Tini e Picazo (2007):

“Acontecimientos domésticos e internacionales irrumpieron en la escena, haciendo que la política exterior carezca completamente de iniciativa, transformándose en un conjunto de decisiones reactivas, sin una lógica que denote un plan o modelo en aplicación.” (TINI, PICAZO, 2007, p.04).

Após um grave período de turbulências políticas internas, Duhalde assume para estabilizar o cenário político e levar o país equilibradamente às eleições de 2002. Destarte, devido à gigantesca dívida pendente com os credores norte-americanos, somada à condição de aliado extra-OTAN, o governo Duhalde se viu obrigado a manter uma política prudente com relação aos Estados Unidos.

Contudo, antecipando o que o governo Kirchner procurará empreender em termos de política externa, a diplomacia do governo interino buscou uma aproximação com os vizinhos Brasil e Chile, através da retomada do Mercosul e das negociações bilaterais com seu vizinho ao oeste. O Brasil, neste sentido, tinha um papel primordial na visão argentina, porquanto, como representante principal do Cone Sul, daria suporte ao seu reposicionamento internacional, bem como à recomposição de sua imagem em nível internacional (VADELL, 2006).

Esses fatos demonstram claramente que, diferentemente da década anterior, a Argentina procurava deixar de lado o alinhamento automático com os Estados Unidos e buscava desenvolver uma política externa que elegesse o pragmatismo, ao invés do paradigmatismo, como forma de ação internacional. Sendo assim, o conjunto de práticas diplomáticas pró-americanas que se instaurou na Argentina a partir da ascensão de Menem perdia força, emergindo um revisionismo histórico com o intuito de modificar essas práticas de política exterior.

A relação com seus vizinhos passava a voltar à tona como foco da inserção internacional argentina, diferentemente da década de 90, quando a relação regional teve um papel secundário na diplomacia de Menem. Essas duas mudanças de atuação externa sinalizavam o processo de mudança de paradigmas de política exterior na Argentina

pós-crise, o qual seria retomado pelo governo Kirchner que, no entanto, enfrentaria diversos constrangimentos internos que muitas vezes restringiram sua atuação internacional.

## 4 O GOVERNO DE NÉSTOR KIRCHNER E A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

“No es necesario hacer un detallado repaso de nuestros males para saber que nuestro pasado está pleno de fracasos, dolor, enfrentamientos, energías mal gastadas en luchas estériles, al punto de enfrentar seriamente a los dirigentes con sus representados, al punto de enfrentar seriamente a los argentinos entre sí.

En esas condiciones, debe quedarnos absolutamente claro que en la República Argentina, para poder tener futuro y no repetir nuestro pasado, necesitamos enfrentar con plenitud el desafío del cambio.

Por mandato popular, por comprensión histórica y por decisión política, ésta es la oportunidad de la transformación, del cambio cultural y moral que demanda la hora. Cambio es el nombre del futuro.”

(Discurso de posse do presidente Néstor Kirchner ante a Assembléia Legislativa da Argentina – 25 de maio de 2003).<sup>3</sup>

### 4.1 A Entrada no Poder

Após o longo período de crise interna enfrentada pela Argentina, o país se apresentava enfraquecido no âmbito político-institucional. A descrença e desconfiança na classe política, somadas aos diversos casos de corrupção em nível governamental, formavam o cenário para as eleições presidenciais de 2003.

Neste contexto, Néstor Kirchner, político peronista que havia governado durante 10 anos Santa Cruz, uma província petrolífera no sul do país, conseguiu capitalizar esta situação adversa em seu favor, visto que era um político novato no cenário político nacional. Dessa forma foi considerado um componente marginal numa constelação de poder corrupta e repudiada por todos, a qual era culpada pela crise recente (BORON, 2007).

É interessante notar que no processo de escolha do candidato peronista que sucederia Duhalde (o qual tinha forte influência sobre o partido, em todo o país), Kirchner não era visto como a primeira opção. Alguns outros candidatos foram testados em pesquisas de opinião, todavia obtiveram resultados insatisfatórios. Sendo assim e

---

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso\\_presidente.doc](http://www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso_presidente.doc)

devido à antecipação das eleições causada pelo “massacre de Avallaneda”<sup>4</sup>, o grupo ligado a Duhalde “criou” a candidatura Kirchner, até então desconhecido pelo eleitorado.

A candidatura de Kirchner foi marcada pela retórica que opunha frontalmente suas idéias ao neoliberalismo, o que o diferenciou sua candidatura das demais e buscava o apoio da população de menor renda (BORON, 2007). Todavia, seu discurso não foi suficiente para ganhar o primeiro turno das eleições. Com 22,2% dos votos, Kirchner perdeu o primeiro turno para o ex-presidente e também peronista Carlos Menem, que alcançou 24,4% dos votos.

No entanto, visto que as pesquisas de opinião mostravam que os votos dos outros candidatos participantes no primeiro turno iriam se direcionar de maneira quase direta à candidatura Kirchner, Menem desistiu da disputa e converteu Kirchner como presidente eleito. O presidente, contudo, chegava debilitado ao poder, porquanto carecia de uma legitimidade que poderia ter obtido caso houvesse ocorrido o segundo turno normalmente.

A assunção de Néstor Kirchner no dia 25 de maio de 2003 determinou uma mudança brusca dos rumos da Argentina, seja em âmbito internacional ou em âmbito nacional. Com uma retórica esquerdista, Kirchner procurou adotar medidas e políticas em extrema oposição às da década de 90, visto que defendia a idéia de que o neoliberalismo econômico e o alinhamento automático com os Estados foram os principais causadores do fracasso do país.

Em termos de classificação do governo Kirchner na onda esquerdista ocorrida na América Latina desde o início da década, Mendoza (2008) advoga que há diversos tipos de esquerda na América Latina. A Argentina de Kirchner é classificada dentro do grupo de “esquerda populista”, juntamente com a Venezuela de Chavez, a Bolívia de Morales, e o Equador de Correa, separando-se da “esquerda comunista” cubana em um dos extremos e da “esquerda moderna” de Lula, Bachelet e Vasquez, em outro extremo.

Ainda para Mendoza, o que diferencia a esquerda populista da moderna é o exacerbado protagonismo político levado a cabo pelos populistas, situando-os próximos

---

<sup>4</sup> “No dia 26 de junho de 2002, nas imediações da estação de trem da cidade de Avallaneda, Grande Buenos Aires, o governo federal ordenou uma repressão a uma manifestação de grupos piqueteiros e, na perseguição foram mortos dois jovens militantes, Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, membros do Movimentos dos Trabalhadores Desempregados (MTD) Guernica e MTD-Lanús, respectivamente. Outras 33 pessoas ficaram feridas.” Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/sete-anos-de-impunidade>.

à esquerda comunista, além da proposta de uma democracia direta e plebiscitária, buscando a mobilização popular para dar força aos seus governos.

Todavia, o autor ainda desenvolve uma subdivisão interior à esquerda populista, porquanto classifica a Argentina de Kirchner como um neopopulismo democrático, diferente do neopopulismo autoritário dos demais. Esta divisão se dá tanto pelo maior grau de institucionalização do sistema partidário argentino quanto pela origem da carreira política de Kirchner, que se desenvolve dentro do partido peronista, diferentemente das origens dos outros governantes considerados neopopulistas, os quais advêm de outras fontes e experiências, como exército e movimentos sociais. Sendo assim, a esquerda argentina teria uma menor probabilidade de “pisotear” a democracia, devido à solidez do sistema partidário argentino.

Sem embargo, Mendoza, em sua análise, não leva em conta fatores extrapartidários que poderiam ser catalisadores do desmonoramento da democracia argentina, como a descrença da população nos políticos, citada anteriormente, e outros três fatores que são citados por Larrañaga como sendo as “sombras” que acompanharam o mandato de Kirchner. No campo institucional, a divisão de poderes não foi fortalecida, pelo contrário, os centros de decisão e de prestígio foram centralizados no poder Executivo, o qual tinha total primazia sobre o Legislativo e o Judiciário; no campo social a população sofria com a pobreza, devido à centralização da renda acarretada pela crise e devido à lenta recuperação dos indicadores sociais pós-crise, os quais se recuperaram muito mais lentamente que os indicadores econômicos. Finalmente, em termos de política exterior, o país não conseguiu regularizar suas relações com o resto do mundo, o que o enfraquecia internamente (LARRAÑAGA, 2006).

#### **4.2 Fatores Gerais da Política Externa Implementada pelo Governo Kirchner**

Tendo estes fatores internos como pano de fundo, a política externa desenvolvida pelo governo Kirchner e seus chanceleres Rafael Bielsa (05/2003 – 12/2005) e Jorge Taiana (12/2005 – 12/2007) foi diametralmente oposta à que vinha sendo desenvolvida durante toda a década de 90 e pelo governo da aliança de De la Rúa, passando do “realismo periférico” de Menem ao “realismo pragmático”

(CORIGLIANO, 2007) levado a cabo por Kirchner. Isso decorre, entre outros fatores, do pensamento arraigado no governo de que deveriam agir de maneira diferente tanto em matéria econômica quanto em matéria internacional, com o intuito de obter o apoio social, extremamente necessário naquele momento de instabilidade.

Para ilustrar estas mudanças, Tokatlian (2004) aponta as modificações mais significativas tanto em relação à política exterior como na maneira de observar a economia. A primeira se baseia na percepção da sociedade e do governo de que a política externa das “relações carnavais” com os centros de poder político e financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial) foi mal-sucedida. A despeito de ter sido mostrado ao mundo pelas instituições financeiras como seu “melhor aluno”, o país não foi socorrido nem obteve resgate quando passava pela sua pior crise.

O segundo elemento de modificação é decorrente do fato de que, dada a debilidade da situação argentina e, por conseguinte, do mandato de Kirchner, o presidente se viu obrigado a dar sinais de segurança e determinação. Ademais, Kirchner tem um forte apelo pessoal, extemporâneo e não adepto aos protocolos tradicionais de seu cargo, o que enfatiza o caráter pessoal de sua gestão. Finalmente, o último elemento citado por Tokatlian seria a formação política do presidente, advindo da geração de 70, em que o peronismo estabeleceu uma formação ideológica baseada em regimes reformistas e antiimperialistas.

Somadas às supracitadas modificações de política implementadas por Kirchner, a situação macro-conjuntural mundial era favorável à Argentina, assim como aos outros países latino-americanos. Devido às políticas unilaterais desenvolvidas pela administração Bush nos Estados Unidos, em razão da “Guerra contra o Terror”, a Argentina desfrutava de uma maior margem de manobra em âmbito internacional, em razão da característica unipolar do sistema internacional de então. (VADELL, 2008).

Além disso, a conjuntura econômica internacional era extremamente positiva, principalmente para um país que se encontrava enfraquecido economicamente, como era o caso da Argentina. Estava ocorrendo um processo de crescimento econômico generalizado e sincronizado e a liquidez financeira era abundante (o que favoreceu a Argentina na sua negociação da dívida). Nesse panorama, os preços das *commodities* experimentaram uma acentuada elevação, favorecendo os países com suas economias atreladas à exportação de produtos primários.

Contando com as situações favoráveis citadas acima, o governo Kirchner desenvolveu uma política externa baseada no “realismo pragmático”, em que buscava

retomar a credibilidade internacional argentina através de uma política externa mais atuante. Essa teve como eixos centrais de atuação a negociação da dívida com os credores internacionais, a aproximação pendular com Brasil e Venezuela, a tentativa de fortalecimento do Mercosul e uma relação crítica, embora pragmática, com os Estados Unidos. Todos estes fatos serão aprofundados no próximo capítulo.

Todavia, mesmo contando com favoráveis fatores estruturais e conjunturais em âmbito internacional, além da intenção do governo de retomar a credibilidade e o papel ativo da Argentina no cenário internacional, após a crise que acometeu o país, a Argentina de Kirchner manteve um papel secundário no concerto internacional de Estados, não logrando êxito na retomada de sua credibilidade.

Não obstante a declarada intenção governamental de recuperar o papel da Argentina internacionalmente, o governo Kirchner não foi capaz de conciliar as agendas interna e internacional do país.

“Si bien es razonable que el gobierno de Kirchner en una primera etapa se centrara en dar solución a las crecientes demandas sociales, también es cierto que luego de haber logrado los éxitos iniciales era imperioso comenzar a plantear un modelo de inserción acorde a la necesidad de disminuir las fuertes brechas de credibilidad de Argentina.” (TINI, PICAZO, 2007, p.13)

Neste ponto, deve-se remontar à crise de 2001 e à complexa situação estrutural enfrentada na pós-crise. Apesar do crescimento econômico observado durante o governo Kirchner, a distribuição de renda mantinha-se desigual, o desemprego continuava elevado e a desconfiança no que diz respeito à classe política em particular e as políticas públicas em geral, encontrava-se em altos patamares. Esta situação de deterioração social, somada à elevada politização da sociedade argentina de uma maneira geral, exerciam uma forte pressão social em relação ao governo, pressionando-o a levar em conta todas as demandas sociais, independente do mérito da questão.

Ademais, havia a necessidade do governo em estar continuamente se legitimando e mostrando sinais de força à população, devido à instabilidade institucional vigente, bem como à necessidade eleitoral do governo, porquanto

ocorreram eleições legislativas em 2005, nas quais Kirchner saiu vitorioso e fortalecido<sup>5</sup>.

Dessa forma, todas as restrições e pressões em âmbito interno limitavam a atuação internacional argentina, bem como a intenção do governo em elevar a credibilidade e influência do Estado no cenário internacional. Daí decorre a crítica dos autores que afirmam que, ao menos a partir da segunda metade do mandato, o governo deveria ter se livrado das amarras internas para poder agir internacionalmente de maneira mais atuante. A esse problema se somaram as contradições nos alinhamentos internacionais dos últimos governos, a falta de uma visão estratégica e a exígua participação da Argentina nos foros multilaterais (TINI, PICAZO, 2007).

Somados a isso, a Argentina “*no debiera haberse permitido el retroceso del relativo prestigio en algunas áreas de la arena internacional*”, bem como “*el fin del activismo internacional de los 90 se puede entender como el reconocimiento del escalafón que el país ocupa al nivel mundial*” (TINI, PICAZO, 2007, p.13).

Os autores avançam em suas críticas na medida em que citam a continuidade da política exterior de Kirchner com relação às administrações anteriores de De la Rúa e Duhalde, destacando a falta de racionalidade, capacidade e iniciativa, evidenciando-se uma política exterior reativa e atada a decisões que não dizem respeito à matéria. Como será melhor explorado posteriormente, vê-se que essa última afirmação é relativa, já que houve significativas variações de ênfase em relação às políticas externas dos últimos governos.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Escudé (2006), ao comentar o conflito das *papeleras* com o Uruguai, e a incapacidade do governo em agir de acordo com os interesses do Estado, ao invés das forças sociais, declara “*la muerte de la política exterior argentina*” (ESCUDE, 2006, p.1), em um artigo de alta repercussão e crítico à atuação de Kirchner internacionalmente.

Em outro artigo crítico, Carlos Escudé, o maior defensor e teórico da política exterior desenvolvida pelo governo Menem, adota uma visão maniqueísta e imutável, além de uma postura de total pessimismo e descrédito, visto que, para ele, e com a situação internacional vigente, a Argentina se encontrava “*en el peor de los mundos posibles*” (ESCUDE, 2003, p.11). Isso advém do fato que a Argentina não se encontrava nem entre os países que representam uma ameaça real ou potencial, nem era

---

<sup>5</sup> Para ver os dados detalhados das eleições legislativas, acessar: <http://www.mininterior.gov.ar/elecciones/2005/inicio.asp>

um país relevante estrategicamente e economicamente e muito menos era visto como uma nação amigável para os centros de poder alocarem atenção especial por razões políticas.

Sendo assim, a Argentina encontrar-se-ia em uma situação de “Estado parasitário” na medida em que era irrelevante de modo definitivo tanto do ponto de vista estrutural quanto militar. Para Escudé, o fato que comprometeria ainda mais a situação Argentina é que a única saída viável, qual seja, a aliança com os Estados Unidos, careceria de credibilidade por um longo tempo devido à série de atritos entre os dois países desde o surgimento da crise.

Contudo, a visão de Escudé peca ao não levar em conta a constante mutação do sistema internacional, nem as diversas oportunidades surgidas em um mundo cada vez mais multipolarizado e com maior capacidade de escolhas.

Além de todos os constrangimentos internos e internacionais supracitados, uma idéia bem difundida entre os estudiosos argentinos é a de que a personalidade do presidente, principalmente com relação à não ser adepto aos protocolos formais de seu cargo, restringia e dificultava o sucesso da ação externa argentina. A isso, Rosendo Fraga (2006) chamou de uma visão “argentino-centrista”. Fraga, ao comentar a ausência de Kirchner na recepção oferecida pela Rainha da Holanda, em sua primeira visita à Argentina, afirmou:

“La actitud asumida por el Presidente frente a la visita de la Reina de Holanda, muestra que su personalidad puede ser una clave más relevante que su ideología. La personalidad es lo más difícil de cambiar en los líderes políticos. Es más fácil que éstos flexibilicen su ideología, a que cambien su personalidad. La ausencia del Kirchner en la recepción ofrecida por la Reina de Holanda, anticipada sólo minutos antes del evento, fue un hecho sin precedentes para la monarquía holandesa, como lo han informado los diarios de dicho país. Pero el Presidente ratificó con esta actitud su personalidad, que da a la política exterior el carácter de un instrumento de la política interna. Actitudes similares -aunque en algunos casos de menor formalidad diplomática- han sufrido por parte del Ejecutivo argentino, los presidentes de EE.UU., Francia, Rusia, Sudáfrica y Corea del Sur entre otros países, mientras que los presidentes de América Latina se quejan de la falta de prioridad que su colega argentino otorga a las cumbres regionales. Esta

actitud, subraya la visión “argentino-centrista” que tiene Kirchner y su gestión, situación que domina su política exterior.” (FRAGA, 2006, p.01)

O autor ainda chama a atenção ao perigo de, ao manter atitudes dessa ordem, prolongar certos conflitos, como o estabelecido com o Uruguai, e entrar em um perigoso “populismo” em termos de política exterior.

Outro fator citado por autores como Vadell (2006), Reis e Faria (2008) é o caráter reativo e empírico na forma de atuação internacional da Argentina no período, o que fazia com que, mesmo havendo um plano de estruturação de política externa, esse não fosse seguido. Levou-se a cabo um conjunto de ações desenvolvidas de acordo com os panoramas externos que se impuseram.

Finalmente, Reis e Faria (2008) também criticam o afastamento de instituições intelectuais como o Consejo Argentino de las Relaciones Internacionales (CARI) e do próprio Ministério de Relaciones Exteriores do país na formulação e análise de atuação externa, centralizando, destarte, as decisões nas mãos do presidente e chanceler.

## 5 OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERIOR

“Nuestro país debe estar abierto al mundo, pero abierto al mundo de una manera realista, dispuesto a competir en el marco de políticas de preferencia regional y fundamentalmente a través del MERCOSUR, y de políticas cambiarias flexibles acordes a nuestras productividades relativas y a las circunstancias del contexto internacional.

Este gobierno seguirá principios firmes de negociación con los tenedores de deuda soberana en la actual situación de *default*, de manera inmediata y apuntando a tres objetivos: la reducción de los montos de la deuda, la reducción de las tasas de interés y la ampliación de los plazos de madurez y vencimiento de los bonos.

Partidarios hacia la política mundial de la multilateralidad como somos, no debe esperarse de nosotros alineamientos automáticos sino relaciones serias, maduras y racionales que respeten las dignidades que los países tienen.” (Discurso de posse do presidente Néstor Kirchner ante a Assembléia Legislativa da Argentina – 25 de maio de 2003).<sup>6</sup>

Os trechos do discurso de posse de Néstor Kirchner enfatizam os três eixos centrais de estruturação da política externa durante o mandato do presidente: o foco na regionalização, caracterizado pelo fortalecimento do Mercosul e o relacionamento com o Brasil; a negociação da dívida externa com os Estados Unidos, credores privados e instituições financeiras internacionais; além da multilateralidade, colocada em prática através do não-alinhamento automático com nenhuma potência, mantendo uma política externa pragmática com relação aos Estados Unidos.

Para uma melhor exposição da operacionalização da política externa argentina no período, divide-se o capítulo em duas partes, em que a primeira trata da relação estabelecida com os pólos centrais de poder, incluindo Estados Unidos, Europa, além da negociação da dívida e a ALCA; e a segunda aprofunda a questão relacionada à forma de aproximação com seus vizinhos e a ênfase dedicada às relações com Brasil, Venezuela e Bolívia.

---

<sup>6</sup> Disponível em [http://www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso\\_presidente.doc](http://www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso_presidente.doc)

## 5.1 Pragmatismo: A Relação com os Pólos Centrais de Poder

O relacionamento do governo Kirchner com os centros de poder mundiais foi marcado primordialmente pelo pragmatismo. Não obstante a oposição declarada em relação às políticas implementadas por Menem na década anterior, seja de cunho econômico ou internacional, o que Corigliano chamou de “*prisionero del mito de la demonización del periodo 1991-2001*” (2007, p. 01), Kirchner adotou uma política que embora não tenha retomado a credibilidade do país frente a esses centros de poder, não foi diametralmente oposta aos mesmos.

Com relação à negociação dívida externa, fruto da crise de 2001, a despeito do governo adotar uma retórica de oposição aos organismos financeiros internacionais e credores privados, inclusive culpando-os pela crise, ele se comprometeu a manter o diálogo, assinar acordos de reestruturação da dívida e pagar os vencimentos.

A administração Kirchner, comandada pelo Ministro da Economia Roberto Lavagna, manteve uma ativa e agressiva política de negociação com os principais interlocutores: o FMI, os Estados Unidos e os credores estrangeiros, representados através de seus governos (FRECHERO, 2007). Os únicos pontos que causaram divergência na negociação com o FMI foram os relacionados aos reajustes dos serviços públicos, bem como o comprometimento de metas mais elevadas de superávit fiscal, as quais o governo relutava em aceitar.

No entanto, apesar das divergências e apoiado pelo considerável crescimento econômico pós-crise, a estratégia de reestruturação da dívida foi considerada positiva tanto pelos principais analistas quanto pela própria população. (VADELL, 2006). A proposta de quitação de 75% da dívida, apresentada em 2004, na qual o governo propunha a emissão de novos bônus para substituir os que não foram pagos, visto que existiam mais de 150 bônus em moratória, foi bem-sucedida. Deu-se um prazo final para que os credores que não aceitassem a troca poderiam recorrer à Justiça. Como resultado, 76% dos credores aceitaram a proposta de quitação apresentada pelo governo Kirchner, por mais que houvesse um deságio de, em média, 65% do valor original do bônus. Somado a isso, em janeiro de 2006, anunciou-se o pagamento completo da dívida mantida com o FMI, na ordem de 9 bilhões de dólares.

O sucesso da negociação demonstra que, a despeito da retórica populista de demonização do FMI, o governo manteve uma atuação pragmática com o intuito de retomar a credibilidade perdida e reinserir a Argentina na economia internacional.

A respeito especificamente da relação bilateral desenvolvida com os Estados Unidos, Roberto Russell, ao comentar sobre o passado recente desta relação, estabelece que:

“Si nos atenemos a los eslóganes usados por los distintos gobiernos de la época, ellas habrían transitado los siguientes estadios: “madura” (Alfonsín), “de preferencia” y “carnal” (Menem), “intensa” (De la Rúa) y, tras la crisis de 2001, “realista” (Duhalde) y, de nuevo “madura”, además de “seria” y de “conveniencia mutua” (Kirchner).” (RUSSEL, 2004, p.71)<sup>7</sup>

Dessa forma, observa-se que, novamente, o governo utilizou uma retórica anti-americana, mas agiu de forma pragmática com os Estados Unidos. Embora não tenha sido um aliado dos interesses norte-americanos na América do Sul, o governo equilibrou as convergências e divergências esse país, de acordo com a situação que se apresentava. Além disso, como citou Tussie (2003), o governo Kirchner considerava a falta de apoio ao combate ao terrorismo uma imprudência, mas estava disposto a não ceder em temas que fossem prioridades de política exterior a luz do governo e da opinião pública.

Deve-se notar, primeiramente, que desde sua assunção, Néstor Kirchner se comprometeu a cooperar com a administração George W. Bush com relação aos temas mais sensíveis da agenda: combate ao terrorismo e narcotráfico (CORIGLIANO, 2007), que vinham sendo os principais focos da política externa norte-americana desde os atentados terroristas de 11 de setembro. Buenos Aires aderiu a dez convenções internacionais de combate ao terrorismo de nível hemisférico e internacional, participou ativamente no Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), além de fazer parte do Diálogo Antiterrorista “Três mais Um”, sobre a segurança e monitoramento da Tríplice Fronteira, em que participaram Brasil, Paraguai, Argentina e Estados Unidos. Além disso, o governo apoiou a postura crítica adotada pelos Estados Unidos na ONU com relação ao armamento nuclear iraniano.

---

<sup>7</sup> RUSSEL, Roberto. *Relaciones bilaterales entre Argentina y Estados Unidos: consecuencia de la crisis argentina*. Em ARNISON, Cynthia e TARACIUK, Tamara (org.), 2004.

Kirchner, em seu primeiro discurso frente à Assembléia Geral da ONU, declarou:

“Repudiamos aquí, con firmeza, las acciones de terrorismo. Sabemos qué estamos diciendo. Nosotros hemos sufrido en carne propia en los años 1992 y 1994 nuestras propias Torres Gemelas. Los atentados contra la embajada de Israel y la AMIA, significaron la pérdida de más de cien compatriotas. Podemos dar testimonio de la necesidad de luchar con efectividad contra la existencia de las nuevas amenazas que constituyen el terrorismo internacional.” (Discurso do presidente Néstor Kirchner ante a Assembléia Geral das Nações Unidas – 23 de setembro de 2003).<sup>8</sup>

Não obstante o suporte argentino ao combate ao terrorismo de uma maneira ampla, o governo Kirchner criticou veementemente a invasão norte-americana ao Iraque, sem o consenso do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, isso não pode ser visto como um embate frontal aos Estados Unidos, já que até mesmo países com um elevado grau de alinhamento aos Estados Unidos, como Chile e México, também rechaçaram a invasão norte-americana.

Além disso, em realidade, os Estados Unidos não condicionaram ajudas financeiras ou benefícios comerciais aos países do Mercosul em troca de uma postura favorável à invasão do Iraque. Como exemplo, observa-se que a lista de produtos argentinos incluídos no Sistema Geral de Preferências aumentou no período (FRECHERO, 2007).

Entretanto, seguindo a postura pragmática de atuação, também houve embates frontais na relação bilateral com os Estados Unidos, durante o mandato de Néstor Kirchner. A analista Diana Tussie enumera os quatro principais focos de tensão: 1) cancelamento dos exercícios militares de Águila III, porquanto a Argentina rechaçou a pretensão norte-americana de que seus militares tivessem imunidade plena durante os exercícios em território sul-americano; 2) a viagem do chanceler Bielsa por Cuba, durante a qual não se encontrou com os opositores do governo de Fidel Castro; 3) a

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.un.org/webcast/ga/58/statements/argespa030925.htm>

aproximação política entre Kirchner e Evo Morales; e 4) as negociações da Área de Livre Comércio das Américas.<sup>9</sup>

A esses, Corigliano (2007) inclui a abstenção do governo em condenar as violações de direitos humanos em Cuba, durante conferência da ONU; a aproximação e vinculação com o governo venezuelano de Hugo Chávez; além da negativa ao convite da ONU para somar-se às forças de paz no conflito do Líbano, em 2006.

Neste ponto, deve-se adicionar que, apesar dos embates supracitados, a relação bilateral se manteve estável em termos reais, ou “excelente” em termos retóricos<sup>10</sup>. Isso ocorre devido à desvalorização em termos estratégicos por qual a Argentina passou aos olhos da política externa norte-americana, causada tanto pela ênfase dada pelo governo norte-americano a outros tópicos, quanto à perda relativa de credibilidade e força da Argentina no cenário internacional (FRECHERO, 2007).

Um dado significativo para exemplificar a questão acima é que, mesmo com a condição obtida na década de 90 de “aliado extra-OTAN”, a Argentina não foi incluída na lista de países do Hemisfério Ocidental com os quais, de acordo com a estratégia de segurança nacional de 2002, Washington buscava formar coalizões flexíveis (os incluídos foram Brasil, Canadá, Colômbia, Chile e México). Posteriormente, com a assunção de Kirchner, a Argentina abdica do papel de “aliado extra-OTAN”, devido aos custos diplomáticos que poderiam acarretar, além de possuir uma nova visão de política externa.

Com relação especificamente à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), conforme citado acima, houve clara divergência entre as posições de Argentina e Estados Unidos. Diferentemente da visão do governo Menem, defensor da entrada da Argentina no bloco, Kirchner manteve uma postura crítica com relação ao tema.

Durante a IV Cúpula das Américas realizada em Mar del Plata, em novembro de 2005, encontro que foi considerado um dos pontos finais do bloco, três visões foram percebidas. A primeira, defensora de uma ALCA “incondicional”, pregava uma abertura total dos mercados e era defendida pelos Estados Unidos, Canadá, México (NAFTA), além de Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru, Equador e El Salvador.

---

<sup>9</sup> TUSSIE, Diana. *Argentina y EE.UU. bajo el signo de la era K*. Em ARNISON, Cynthia e TARACIUK, Tamara (org.), 2004.

<sup>10</sup> Em visita à Argentina em janeiro de 2006, o secretário de Estado adjunto do governo norte-americano para assuntos do Hemisfério Ocidental, Tom Shannon, declarou que existiam “relações excelentes” entre os dois países.

[http://www.diarioc.com.ar/internacionales/Shannon\\_destaco\\_las-excelentes-relaciones\\_con\\_Argentina/83520](http://www.diarioc.com.ar/internacionales/Shannon_destaco_las-excelentes-relaciones_con_Argentina/83520)

Já a segunda visão, diametralmente oposta, rechaçava incondicionalmente o bloco e considerava-o fruto do “imperialismo” de Washington, tendo como defensor a Cuba de Fidel Castro e a Venezuela de Chávez. Por fim, o terceiro ponto de vista tinha a Argentina como um de seus defensores, juntamente com Brasil, Paraguai e Uruguai, parceiros de Mercosul (CORIGLIANO, 2005).

Essa última visão, adotada em bloco pelos países do Mercosul (com pequenas variações), defendia a entrada dos países no bloco condicionada à prévia eliminação dos subsídios agrícolas por parte dos Estados Unidos, o que não era bem visto pelo governo norte-americano.

Não chegando a um consenso, as negociações para o estabelecimento da ALCA perderam força, fazendo com que os principais defensores do bloco, incluindo os Estados Unidos, criticassem a atuação de países como Brasil e Argentina por não terem aceitado uma *ALCA made in USA*.

Outro fato que demonstra o pragmatismo e a imprevisibilidade da política externa do governo argentino e da relação com os Estados Unidos, foi a participação da Argentina na Minustah, missão de paz da ONU no Haiti, juntamente com Chile e Brasil. Tini e Picazo (2007), ao comentar a decisão argentina, afirmam:

“Si bien esta medida se muestra coherente con la política regionalista, aplicada por el presidente Kirchner, dicha participación en principio había sido rechazada por el actual gobierno, en el afán de distanciarse de las políticas seguidas por la Argentina durante los '90, al responder con el envío de tropas a Haití en un carácter y modalidad funcional a la política de Estados Unidos. No obstante, se acepta la iniciativa tras la aceptación de los demás estados latinoamericanos de participar en el escenario de conflicto en el marco de las fuerzas de paz de la organización de Naciones Unidas. Esto expresa un rasgo más de la actual política exterior, la imprevisibilidad en el proceso de toma de decisiones, dado que fue la presión de sus vecinos lo que impulsó la participación argentina, que finalmente obtuvo en la misión un rol subordinado al mando político y militar que obtuvieron Chile y Brasil, respectivamente.” (TINI, PICAZO, 2007, p.15)

Com respeito ao relacionamento com o continente europeu, Kirchner manteve uma posição distante. Com a Espanha, tradicional parceiro argentino, a diplomacia de

Kirchner teve alguns atritos relacionados ao reajuste das tarifas de serviços das multinacionais espanholas, que se inseriram na Argentina principalmente a partir do período Menem.

Ademais, o governo Kirchner continuamente reivindicou, na ONU e na OEA, a soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sândwich do Sul, territórios ultramarinos britânicos, além de seus espaços marítimos circundantes. (ARI, 2005). Dessa forma, o governo manteve seu pragmatismo e esfriou as relações com sua antiga aliada Inglaterra, sem entrar em conflito direto.

## **5.2 Ênfase: Relações com os Países Vizinhos**

Assim como ocorreu quando a Argentina de Alfonsín se encontrava isolada e em crise na década de 80, e seguindo a tendência de política externa iniciada por Duhalde, a política externa de Kirchner focou-se na aproximação com seus vizinhos e na integração regional como o meio principal para o reerguimento da Nação. O governo procurou dar um viés latino-americanista à sua gestão, através do estreitamento da relação com seus parceiros de Mercosul, além de Bolívia e Venezuela.

A respeito da relação com o Brasil, foi-lhe dada um caráter de “relação estratégica”, o que marcava um ponto de inflexão com relação às políticas externas anteriores à crise, principalmente a implementada por Menem.

Apostando na alta popularidade do presidente Lula na Argentina, o qual assumiu seu mandato no mesmo ano de Kirchner, além da visão esquerdista comum, o Brasil era visto pela chancelaria como o principal parceiro para a retomada da credibilidade internacional da Argentina. Dessa forma, várias ações foram desenvolvidas em conjunto, principalmente no início do mandato, incluindo a busca pela eliminação dos subsídios implementados pela União Européia e Estados Unidos, em diversos foros internacionais; a visão comum sobre a ALCA, citada anteriormente, que pretendia a negociação em bloco do Mercosul e o estabelecimento de uma ALCA *light*; além do apoio argentino à iniciativa brasileira de retomar os diálogos com Cuba (TINI e PICAZO, 2007).

Contudo, com o decorrer do tempo, a relação bilateral desgastou-se, devido às assimetrias comerciais entre ambos países, além da desconfiança mútua no âmbito

diplomático. Deve-se notar que o governo Kirchner enfrentou uma balança comercial deficitária com o Brasil desde 2003 e não admitia nenhum tipo de concessão comercial, já que buscava proteger os setores argentinos que estavam tentando se reindustrializar. Dessa forma, surgiram diversos conflitos comerciais com o Brasil, especialmente nos setores de trigo, linha branca e automóveis (FRECHERO, 2007).

Somado a isso, a projeção de poder e a influência brasileira tanto no âmbito regional quanto no sistema internacional incomodavam à Argentina. Dessa maneira, a diplomacia brasileira não obteve o apoio argentino em dois objetivos declarados da política externa de Lula: a gestão de uma estrutura mais ampla de integração do que o Mercosul, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA, atual UNASUL), com o qual a Brasil pretende aprofundar sua liderança global; e a entrada do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. No primeiro caso, a Argentina não mostrou o mesmo entusiasmo que o Brasil devido à sua intenção de consolidação da instância regional do Mercosul, antes de qualquer tentativa de ampliação do foco de atuação. Já em relação ao Conselho de Segurança, a Argentina se mostrou frontalmente oposta à proposta brasileira, visto que a diplomacia de Kirchner buscava negociar um assento rotativo para os membros do Mercosul<sup>11</sup> (VADELL, 2006).

Todos os fatos citados acima demonstram a instabilidade da relação bilateral com seu maior parceiro, além da reatividade da política externa argentina no período. Sendo assim, por mais que a ênfase fosse o aprofundamento da relação com seus vizinhos, nota-se, freqüentemente, que a diplomacia de Kirchner apenas reagia a fatos, deixando a estruturação e o planejamento de política externa de lado.

Além do Brasil, a política externa de Kirchner priorizou também a relação com a Venezuela de Chávez, desenvolvendo uma política pendular entre Brasil e Venezuela. Corigliano (2007), ao analisar a relação bilateral entre Argentina e Venezuela, comenta sobre a conveniência por parte da Argentina ao estabelecer esta relação, devido ao amplo suporte financeiro que Caracas ofereceu a Buenos Aires:

---

<sup>11</sup> Durante a Cúpula de Brasília, em maio de 2005, ocorreu uma reunião entre o chanceler brasileiro Celso Amorim e o chanceler argentino Rafael Bielsa, em que o Brasil procurava botar em pauta o apoio argentino à vaga brasileira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Como gesto simbólico, Rafael Bielsa foi condecorado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção oficial do Brasil. Contudo, nem este gesto político foi suficiente para obter o apoio argentino à proposta brasileira (ARI, 2005).

“Hasta el momento, el gobierno de Kirchner parece haber circunscrito las relaciones con Caracas al ámbito económico-comercial: cabe recordar que fue el gobierno de Hugo Chávez el único que compró los bonos de deuda argentinos, en el contexto del escepticismo de la comunidad internacional posterior al default de diciembre de 2001 para con nuestro país como mercado confiable, y que Venezuela es el único actor externo que ha demostrado real interés en invertir en la Argentina de los años K. El régimen chavista tiene interés en elevar el status de sus vínculos con Kirchner con la inclusión de compromisos en el plano estratégico-militar, pero ésta sería una opción que tendría inevitablemente costos en la relación Buenos Aires-Washington. (CORIGLIANO, 2007, p. 01)

No entanto, deve-se ressaltar também o caráter ideológico desta relação, ignorado por Corigliano. A onda de governos de esquerda que se instaurou na América Latina abrangeu também os dois países, fazendo com que ambos compartilhassem idéias comuns, como o latino-americanismo, e o não-alinhamento aos interesses norte-americanos. Contudo, o não-alinhamento argentino não foi tão contundente como a política de demonização que Caracas propunha com relação a Washington. Ainda, como grande produtora de petróleo, a Venezuela foi um importante aliado com que contou a Argentina, quando essa enfrentou crises energéticas e de abastecimento, durante todo o mandato de Kirchner.

Outro fator para ser mensurado em uma relação bilateral é a quantidade de tratados entre as duas partes. Nesse caso, de acordo com Tini e Picazo (2007), desde a chegada de Kirchner à presidência foram firmados ao redor de 40 tratados com a Venezuela, indo desde meras atas de reuniões até acordos para compra de títulos argentinos e construção de gasodutos, o que demonstra a alta atividade da relação bilateral.

Similar à relação bilateral com a Venezuela, a Argentina desenvolveu uma aproximação com a Bolívia, principalmente a partir da chegada ao poder do presidente Evo Morales. Além de ser um governo de esquerda latino-americano, o que naturalmente aproximaria as duas partes, a Bolívia também foi um importante aliado argentino na tentativa de superação da crise energética, devido à abundância de gás natural encontrado na Bolívia, visto que o gás é uma das bases primordiais da matriz energética argentina. Sendo assim, foram firmados importantes convênios energéticos entre La Paz e Buenos Aires, o que causou inconformidade por parte das autoridades

chilenas, excluídas da negociação devido ao contencioso fronteiriço que mantinha com a Bolívia.

As relações com Santiago e La Paz, no caso, eram mutuamente excludentes. Dessa forma, a Argentina fez a opção por aprofundar o relacionamento com a Bolívia em detrimento ao Chile. Projetos comuns levados a cabo anteriormente foram paralisados e as tensões bilaterais entre Buenos Aires e Santiago se aprofundaram, inclusive diferenças em termos de fronteira, as quais pareciam ter sido deixadas para trás através dos acordos bilaterais de 1999.

Outra relação que contrasta com a ênfase dada à aproximação com os países vizinhos e a qual demonstra a alta influência da pressão social interna em âmbito de política exterior é o relacionamento bilateral com o Uruguai, país com o qual a Argentina manteve historicamente uma relação fraternal (TINI, PICAZO, 2007). No entanto, com a decisão uruguaia de autorizar a instalação de plantas de celulose da empresa espanhola ENCE e da finlandesa Botnia, a relação começou a se deteriorar. A oposição argentina se dava em razão da instalação das plantas às margens do Rio Uruguai, o que supostamente poderia causar danos ambientais à Argentina.

A população da cidade argentina de Gualeguaychú, ribeirinha ao Rio Uruguai, organizou uma Assembléia de oposição permanente e massiva à instalação das plantas, a qual desenvolveu ações de protesto mediante, principalmente, o bloqueio das pontes do Rio Uruguai (LLAMAS, 2008). Com a manifestação desta cidade, somada à elevação da oposição da população argentina como um todo à instalação das fábricas, o governo se viu obrigado a acatar a reivindicação e passou a criticar fortemente o governo uruguaio.

O governo uruguaio de Tabaré Vasquez, por outro lado, mantinha uma posição firme de defesa às *papeleras*, já que havia um otimismo generalizado no país em relação à possibilidade de desenvolvimento econômico e criação de empregos advindos da construção destes empreendimentos. Para Rosendo Fraga, “*Ambos presidentes han entrado em um peligroso populismo em política exterior, que les ha quitado libertad de acción para encontrar una solución que encauce el conflicto*” (FRAGA, 2006, p. 01).

Sendo assim, em maio de 2005, os presidentes de Uruguai e Argentina acordaram a criação de uma Comissão Binacional para analisar o impacto ambiental. Devido à continuidade das posições divergentes, a Comissão fracassou do início do ano seguinte. Já em junho de 2006, o governo argentino abre caminho para sua reivindicação ante a Corte Internacional de Justiça de Haia, e, no mês seguinte, o

Uruguai apresentou uma demanda ante o Tribunal Arbitral do Mercosul para reclamar a liberdade de circulação (LLAMAS, 2008).

No final de 2006, em razão do agravamento da situação, o Uruguai cogitou mobilizar efetivos militares para garantir a construção da planta de celulose da Botnia, o que causou uma preocupação real em âmbito internacional. Sendo assim, a Espanha se comprometeu a atuar como mediadora no caso, conseguindo desacelerar o conflito.

No entanto, mesmo com a perda de intensidade do conflito, o governo Kirchner deixou como legado uma relação desgastada com o Uruguai, causando, também, uma crise no Mercosul, o qual se mostrou incapaz de intermediar um conflito dessa magnitude entre dois de seus membros.

Apesar do Mercosul ser um dos principais focos da diplomacia argentina na sua estruturação inicial de política externa, o que se viu, em realidade foram complicações em diversas frentes. Além do elevado desgaste da relação com o Uruguai, os atritos comerciais e políticos com o Brasil, além da indiferença com o parceiro menos desenvolvido, o Paraguai, fizeram com que, tanto para a Argentina quanto para os outros membros, o Mercosul passasse por um período de oscilação e de relativa crise.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa argentina não conseguiria passar impune à complexa situação do pós-crise. Desse modo, o país enfrentou constrangimentos tanto na frente interna, devido a uma série de pressões sociais e à instabilidade político-institucional do momento; quanto na frente externa, causadas pelo baixo grau de credibilidade internacional decorrente da crise e a falta de uma atuação mais concreta no cenário externo. Os dois níveis de constrangimentos estão profundamente interligados, na medida em que as dificuldades internas restringiram diretamente as suas ações internacionais, devido ao alto grau de complexidade dos problemas internos.

O conflito ambiental com o Uruguai, a aproximação com a Venezuela, o pragmatismo com os Estados Unidos e os conflitos comerciais com o Brasil fazem parte de um conjunto de ações externas desenvolvidas pelo governo Néstor Kirchner que tiveram como propulsores os constrangimentos e pressões internas observadas durante seu mandato.

Sendo assim, ao se analisar as ações desenvolvidas no nível internacional pelo governo Kirchner, verifica-se uma tentativa preliminar de ênfase em tópicos específicos, como a integração regional e a aproximação com os países vizinhos. Entretanto, essa estruturação inicial não se manteve, fazendo da política externa da Argentina no período uma série de ações reativas e empíricas, baseadas em fatos extrínsecos ao planejamento, seja em âmbito interno quanto externo. Somado a isso, nota-se uma característica particular de atuação do presidente, o qual retinha na sua figura as decisões de nível externo, atuando de uma forma personalista e não adepta aos protocolos formais do cargo.

No entanto, a despeito de todos os constrangimentos supracitados, a política externa de Kirchner obteve alguns resultados concretos e positivos, como o sucesso da renegociação da dívida externa e o início da retomada da credibilidade internacional totalmente perdida devido a uma série de erros estratégicos cometidos pelos governos anteriores. Isso ocorreu, entre outros fatores, em razão do relacionamento estável com os pólos centrais de poder, através da adoção de uma postura claramente pragmática, ao invés de paradigmática como no governo Menem, atuando de acordo tanto com a conjuntura vigente quanto aos seus próprios interesses. Assim, o governo conseguiu desenvolver um não-alinhamento que evitava entrar em conflito direto com os centros de poder, visto que deles dependia para recuperar sua credibilidade em nível

internacional, no que não teve êxito, e evitar o colapso econômico do país em razão da dívida externa, no que teve êxito.

Devido à crise sem precedentes que acometeu o país no início da década, além das características peculiares do processo político-eleitoral que consagrou Kirchner como presidente da Argentina, o mandato do presidente, juntamente às políticas por ele desenvolvidas, possuem características particulares que não têm paralelo a nenhum outro momento da história política do país. Sendo assim, nota-se que a política externa levada a cabo pelo governo não segue nenhum padrão histórico de atuação, mesmo se tratando de um governo peronista. Ações externas desenvolvidas por governos anteriores, como a ênfase na aproximação com o Brasil de Frondizi ou o comportamento autônomo de Perón, foram utilizadas como estruturas de um plano de atuação externa que, conforme comentado, não se concretizou.

Em termos econômico-sociais, o governo Néstor Kirchner deixou como legado à sua esposa e atual presidente, Cristina Fernández, um país ainda debilitado que, apesar de ter logrado altas taxas de crescimento durante seu mandato, manteve a estrutura de concentração de renda altamente desigual que se fez presente a partir da crise de 2001.

Já em termos internacionais, o legado deixado foi um país que, apesar de ter superado parcialmente a questão da dívida externa, ainda carece de credibilidade internacional e de um plano de atuação externa mais concreto e factível. Desde a crise de 2001, a Argentina não conseguiu recuperar seu protagonismo internacional, seja em âmbito mundial ou regional, apesar das condições internacionais favoráveis que se apresentaram, como o grande aumento nos preços das *commodities*, o que favorecia enormemente sua competitividade externa, e a liberdade de ação externa decorrida da ênfase dos Estados Unidos na “Guerra contra o Terror”, permitindo aos países latino-americanos, uma maior margem de manobra.

Além disso, seus principais parceiros políticos-comerciais, Estados Unidos e Brasil, ainda vêem a Argentina com certa desconfiança. O primeiro em razão da distância que o governo Kirchner manteve em relação aos interesses norte-americanos e a aproximação com governos antiamericanos, como os da Venezuela e Bolívia. O Brasil devido a constante afronta à sua liderança regional e os rotineiros conflitos comerciais os quais, acima de tudo, prejudicam o movimento de integração regional.

Dessa forma, cabe à diplomacia da presidente superar os constrangimentos estruturais que ainda persistem, apesar de já ter decorrido quase uma década desde a crise, e retomar o ativismo internacional deixado de lado na década atual. Esse ativismo

não deve vir atrelado ao alinhamento automático a nenhuma grande potência, mas sim deve ser baseado em uma atuação estratégica mais ativa no cenário externo, ampliando parcerias, aprofundando o relacionamento com seus vizinhos, e elevando sua participação em foros multilaterais, além de ter como objetivo retomar o protagonismo argentino observado ao longo de sua história, compatível com seu tamanho e força econômica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANDA, Ramón Alberto. *La Política Exterior Argentina: de Menem a Kirchner*. Instituto para la Integración y el Desarrollo Latinoamericano (IDELA/UNT). Buenos Aires, 2004.

ARNSON, Cynthia e TARACIUK, Tâmara (org.) *Relaciones bilaterales entre Argentina y Estados Unidos. Pasado y presente*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Washington D.C, 2004.

BECKER, Joachim. *El Golpe Del Capital: la crisis financieras em El Cono Sur y sus salidas*. Coscoroba Ediciones. Montevideo, 2007.

BERTONHA, João F. *Economia e decadência da Argentina numa perspectiva de curta e longa duração*. Revista Espaço Acadêmico, Ano I, nº 09. Maringá, fevereiro 2002.

BORON, Atílio A. *Nestor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina*. Centro Cultural de la Cooperación Facultad de Ciências Sociales. Buenos Aires, 2007.

CALLE, Fabián e MERKE, Federico. *¿Vientos de cambio en la política exterior argentina?* Boletín del Instituto de Seguridad Internacional y Asuntos Estratégicos (ISIAE). Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI). nº 43. Buenos Aires, pp. 7, outubro 2007.

CERVO, Luiz A. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília, IBRI, 2001.

CORIGLIANO, Francisco. *Desafíos para la política exterior argentina a partir del 2008*. Boletín del Instituto de Seguridad Internacional y Asuntos Estratégicos (ISIAE), Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) nº 43. Buenos Aires, pp. 5-6, outubro 2007.

\_\_\_\_\_ *La posición del gobierno de Kirchner en la Cumbre de las Américas 2005: un balance preliminar*. Boletín del Instituto de Seguridad Internacional y Asuntos Estratégicos (ISIAE), Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) nº 37. Buenos Aires, pp. 1-3, dezembro 2005.

CUNHA, André e FERRARI, Andrés. *A Argentina depois da Conversibilidade: Um Caso de Novo-Desenvolvimento?* Revista de Economia Política, v. 29: pp. 3-23. Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Argentina em dois tempos: da conversibilidade à reestruturação da dívida.* Revista de Economia Contemporânea, v. 10: pp. 269-298. Porto Alegre, 2006.

ESCUDE, Carlos. *El conflicto de las papeleras y la muerte de la política exterior.* Boletín del Instituto de Seguridad Internacional y Asuntos Estratégicos (ISIAE), Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) n° 40. Buenos Aires, pp. 3-4, outubro 2006.

\_\_\_\_\_. *La muerte de la política exterior: el callejón sin salida de un Estado parasitario.* Fundación Atlas. Buenos Aires, 2003.

\_\_\_\_\_. *Realismo periférico: fundamentos para a nova política exterior argentina.* Editorial Planeta. Buenos Aires, 1992.

FANELLI, José Maria. *Crecimiento, inestabilidad y crisis de la convertibilidad en Argentina.* Revista de la Cepal, No. 77. Buenos Aires, pp. 25-45, 2002.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina – Um ensaio de história comparada (1850-2002).* 2ª Edição, Editora 34. São Paulo, 2005.

FERRARI, Andrés. *As origens da crise argentina : uma sugestão de interpretação.* In: Texto para discussão: UFRGS FCE DECON n° 16. Porto Alegre, pp. 1-26, dezembro 2005

FERRER, Aldo. *La Economía Argentina Situación y Perspectivas.* I Encontro de Economistas Sul-Americanos. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, pp. 109-133, 2008.

FRAGA, Rosendo, *Entre el nacionalismo y el argentino-centrismo.* Nueva Mayoría. Buenos Aires, 4 de abril de 2006.

FRECHERO, Ignacio. *Política Exterior Argentina: La relación bilateral con los Estados Unidos en el marco de Guerra contra el Terrorismo.* Centro Argentino de Estudios Internacionales. Working paper 09. Buenos Aires, Setembro 2007.

LARRAÑAGA, Félix A. *A política externa da República Argentina do Presidente Nestor Kirchner*. Simposio Internacional de Ciencias Integradas da UNAERP. Ribeirão Preto, 2006.

LLAMAS, Valeria. *El conflicto entre Argentina y Uruguay por la instalación de las papeleras: un caso de estudio*. Texto completo em <[www.eumed.net/libros/2009a/495](http://www.eumed.net/libros/2009a/495)>. Buenos Aires, 2008.

MARÍN, Emílio. *Kirchner mantuvo una política exterior zigzagueante*. ALAI - América Latina en Movimiento. Buenos Aires, 26 de dezembro de 2006.

MENDOZA, Jesús Tovar. *A esquerda no poder na América Latina: três correntes e um dilema*. Revista Política Externa, Vol 16, nº 04. Editora Paz e Terra. São Paulo, março/abril/maio 2008.

MEZA, Raúl Bernal. *Sistema mundial y MERCOSUR: Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas*. Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, 2000.

MONETA, Juan C. *El mundo según Argentina: un reduccionismo acríptico*. Observatório de Relações Internacionais. Buenos Aires, Edição 67, Janeiro-Junho 2003.

PARTIDO ARI. *Objetivos y contradicciones de la política exterior del presidente Kirchner: Informe del área de política exterior*. Buenos Aires, 2005.

PUIG, Juan Carlos. *La política exterior argentina: incongruencia epidermica y coherencia estructural*. Em Vários Autores *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires, 1984.

REIS, Henrique de Moura e FARIA, Rodrigo Martins. *Política Externa Argentina para o Mercosul Pós-Crise de 2001*. Centro Universitário Assunção. Assunção, 2008.

SEVARES, Julio. *La política exterior argentina y el ALCA*. Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas – FISYP Texto completo em <<http://fisyp.rcc.com.ar/4.Sevares.pdf>>. Buenos Aires, 2004.

SOARES, Maria S. A. *Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina*. Texto completo em <[www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf)>, Porto Alegre, 2005.

TINI, María Natalia e PICAZO, María Natalia. *Argentina, 2007. Reflexiones sobre el Modelo de inserción*. Centro Argentino de Estudios Internacionales – Programa Política Exterior Argentina. Buenos Aires, 2007.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. *Hacia una Nueva Estrategia Internacional*. Grupo Editorial Norma. Buenos Aires, 2004.

VADELL, Javier A. *A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner*. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília. Janeiro-Junho, 2006.

VITELLI, Guillermo. *Las rupturas de La convertibilidad y Del Plano Real: La reiteración de una misma historia*. Em: Ciclos en la historia, la economía y l sociedad. Buenos Aires, pp. 87-116, 2002.

<[http://www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso\\_presidente.doc](http://www.trabajo.gov.ar/prensa/documentos/discurso_presidente.doc)> - Discurso del Señor Presidente de la Nación, Doctor Néstor Kirchner, ante la Honorable Asamblea Legislativa – Último acceso: 25 de outubro de 2009.

<<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/internacional/sete-anos-de-impunidade>> - Sete anos de impunidade. Último acceso: 21 de setembro de 2009.

<<http://www.mininterior.gov.ar/elecciones/2005/inicio.asp>> - Resultado de las elecciones – Último acceso: 17 de outubro de 2009.

<<http://www.un.org/webcast/ga/58/statements/argespa030925.htm>> - Asamblea General de las Naciones Unidas: Intervención del Dr. Néstor Carlos Kirchner – Último acceso: 20 de outubro de 2009.

<[http://www.diarioc.com.ar/internacionales/Shannon\\_destaco\\_las-excelentes-relaciones\\_con\\_Argentina/83520](http://www.diarioc.com.ar/internacionales/Shannon_destaco_las-excelentes-relaciones_con_Argentina/83520)> - Shannon destaco las "excelentes" relaciones con Argentina – Último acceso: 18 de setembro de 2009.